

Caminhos e Descaminhos da Administração Pública no Brasil - Vol. 2

Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)



Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA NO BRASIL 2**

Atena Editora
2017

2017 by Rudy de Barros Ahrens

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto (UFPEL)

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho (UnB)

Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez (UDISTRITAL/Bogotá-Colombia)

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (UEPG)

Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck (UNIOESTE)

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza (UEPA)

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa (FACCAMP)

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior (UFAL)

Profª Drª Adriana Regina Redivo (UNEMAT)

Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua (UNIR)

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson (UTFPR)

Profª Drª Ivone Goulart Lopes (Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatric)

Profª Drª Lina Maria Gonçalves (UFT)

Profª Drª Vanessa Bordin Viera (IFAP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C183

Caminhos e descaminhos da administração pública no Brasil 2 /
Organizador Rudy de Barros Ahrens. – Ponta Grossa (PR):
Atena, 2017.

427 p. : 3.440 kbytes – (Administração Pública; v. 2)

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-41-7

DOI 10.22533/at.ed.4172609

Inclui bibliografia.

1. Administração pública - Brasil. I. Ahrens, Rudy de Barros.
II.Série.

CDD-351.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Apresentação

A Administração Pública no Brasil caracteriza-se pelas circunstâncias de sua atuação, em um contexto mediado pelo poder e pela ação das empresas privadas e das organizações no âmbito da sociedade civil.

Esta mediação vem estimulando, nos últimos anos, os pesquisadores com o intuito da busca por melhorias ao estado, baseando-se na ideologia e crença de que é possível fazer a Gestão Pública acontecer.

O mencionado *ebook* reúne artigos científicos fruto de trabalhos e pesquisas realizadas na área de Administração com ênfase na Gestão Pública. Contando com 50 artigos, este foi dividido em 2 volumes, sendo no Volume 1 as subáreas de a) Finanças, Controladoria e Auditoria Pública; b) Educação Pública; c) Inovação Pública; d) Sustentabilidade Pública e e) Gestão de Pessoas e no Volume 2 com as subáreas de a) Planejamento e Gestão Pública; b) Políticas Públicas; e c) Compras e Licitações Públicas.

Os artigos a seguir foram desenvolvidos com o intuito de apresentar ao leitor experiências, conhecimento e informação, desejo assim uma boa leitura.

Rudy de Barros Ahrens

Sumário

Apresentação.....03

Eixo 1 Planejamento e Gestão Básica

Capítulo I

AVALIAÇÃO DA GESTÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DE GESTORES PÚBLICOS

Dartagnan Ferreira de Macêdo, João Antônio da Rocha Ataíde e Antonio Carlos Silva Costa.....08

Capítulo II

ANÁLISE DE RESULTADOS OBTIDOS NA GESTÃO: POSSIBILIDADES DE INOVAÇÃO EM UMA UNIDADE DE ENSINO

Márcio de Souza Costa, Maria Conceição Melo Silva Luft, Alana Fonseca Oliveira, Maria Verônica Barbosa dos Santos, Rosimere Gomes de Sá e Valdenice Araújo Santos Lima.....23

Capítulo III

CARACTERIZAÇÃO DA LITERATURA SOBRE CONTROLE SOCIAL: UM OLHAR SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS DA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA

Fernanda Rodrigues da Silva, Airton Cardoso Cançado e Waldecy Rodrigues.....39

Capítulo IV

CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Hilda Alberton de Carvalho, Oséias Santos de Oliveira e Isaura Alberton de Lima.....55

Capítulo V

DISCUTINDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: O CASO DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR

Cleber Roberto Souza, Leonardo Pinheiro Deboçã e Patricia Rosvadoski da Silva.....71

Capítulo VI

ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL: ESTUDO DE CASO SOBRE O GRAU DE SINERGIA NO PROCESSO DE GESTÃO

Carlos André Barbosa de Jesus, José Moreira da Silva Neto, Maria Odete da Silva e Osmar Siena.....87

Capítulo VII

ESTRATÉGIAS COMUNICATIVAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Luciano Santos Magalhães e Mariluce Paes de Souza.....104

Capítulo VIII

INDICADORES DE QUALIDADE E A PRODUTIVIDADE EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Natália Talita Araújo Nascimento, Marlene Valério dos Santos Arenas, Paulo Adriano da Silva e Ítalo de Paula Casemiro.....122

Capítulo IX

INSTRUMENTOS DE GESTÃO E PUBLICIDADE: ANÁLISE DA DISPONIBILIDADE DE DADOS DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PARA EFETIVO CONTROLE POR PARTE DE SEUS STAKEHOLDERS

Kamila Morandim Maidana e Thaisa Pase Machado.....138

Capítulo X

RELATO TÉCNICO: O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO DE FATURAMENTO DE UM ERP NA GESTÃO DE PROCESSOS VINCULADOS COM A HOTELARIA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO NO ESTADO DE ALAGOAS

Kleber José dos Santos, Julio Marcel dos Santos e Bruno Moraes Silva.....154

Capítulo XI

AS TECNOLOGIAS DE GESTÃO APLICADAS NO SETOR PÚBLICO: UM ENSAIO TEÓRICO SOBRE DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL E GESTÃO DE COMPETÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS

Camila Soléra dos Santos, Marcelo Ribeiro Silva e José Carlos de Jesus Lopes.....167

Eixo 2 Políticas Públicas

Capítulo XII

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

Joyce Frade Machado, Geraldino Carneiro de Araújo, Danielle Bertolino de Macedo Verão e Maira Sônia Camacho.....179

Capítulo XIII

DESENHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: PERSPECTIVAS PARA UMA CONFIGURAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA

João André Nascimento Ribas.....195

Capítulo XIV

ENTRAVES À INSERÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) POR MEIO DO MERCADO INSTITUCIONAL LOCAL
Jamila El Tugoz, Loreni Teresinha Brandalise e Edison Luiz Leismann.....210

Capítulo XV

INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO
Rita Cristina Fernandes Marena, Mariluce Paes de Souza, Janilene Vasconcelos de Melo e Theophilo Alves de Souza Filho.....226

Capítulo XVI

O COMBATE A CRIMINALIDADE EM DOURADOS/MS ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E A POLÍCIA MILITAR
Fernando Cezar Lisik Galvão e Eduardo Garcia da Costa Marques.....244

Capítulo XVII

O ESTADO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA
Cleide Vasconcelos Dantas, Dayana Alves Ferreira, Cláudio Zancan e Thiago Maia Macedo Nogueira.....260

Capítulo XVIII

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE QUANTITATIVA DA UFGD NO CENÁRIO BRASILEIRO DO PERÍODO DE 2005 A 2015
Sandra Fernandes, Fernando Cezar Lisik Galvão, Danielle Krummenacher de Medeiros Lachi e Paulo Sergio Vasconcelos.....276

Capítulo XIX

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES)
Donizetti Calheiros Marques Barbosa Neto, Diego da Guia Santos, Luciana Peixoto Santa Rita, Maria Beatriz Oliveira da Silva e Andrew Beheregarai Finger.....292

Capítulo XX

PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA EM ANÁLISE DE REDES SOCIAIS (ARS) NO PERÍODO 2004 - 2014: UM LEVANTAMENTO DO CAMPO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Donizetti Calheiros Marques Barbosa Neto, Diego da Guia Santos, Claudio Zancan e Maria Cristina Simões Barbosa.....307

Capítulo XXI

REGULAÇÃO EM SAÚDE: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NA GARANTIA DO DIREITO DE ACESSO AOS SERVIÇOS
Carla Werle e Thaisa Pase Machado.....322

Capítulo XXII

A FUNÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA DO CRAS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS E DO CREAS SOB O ÍNDICE DE JOVENS INFRATORES ENTRE OS PERÍODOS DE 2015 A 2016 NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ-SC

Aline Perussolo, Micheline Ramos de Oliveira e Marco Antonio Harms Dias.....336

Eixo 3 Compras e Licitações Públicas

Capítulo XXIII

COMPRAS PÚBLICAS ELETRÔNICAS COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO: ESTUDO DE CASO NA INFRAERO

Andréa Cecília Soares Rosset, Diego da Guia Santos, Dartagnan Ferreira de Macêdo e Andrew Beheregarai Finger.....350

Capítulo XXIV

COMPRAS PÚBLICAS INTELIGENTES: UMA PROPOSTA PARA A MELHORIA DA GESTÃO DAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Antônio Carlos Paim Terra e Eliseu Vieira Machado Jr.369

Capítulo XXV

DESEMPENHO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NAS LICITAÇÕES PRATICADAS PELO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL

Alan Carlos Cavalcante da Silva, Eliane Moreira Sá de Souza, Alethéia Ferreira da Cruz e Simone Portella Teixeira de Mello.....385

Capítulo XXVI

PLANEJAMENTO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: UM ENSAIO TEÓRICO

Anahí Delgado, Camila Soléra dos Santos, Pedro Henrique Sant'anna Rissato e José Carlos de Jesus Lopes402

Sobre o organizador.....413

Sobre os autores.....414

CAPÍTULO XXII

A FUNÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA DO CRAS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS E DO CREAS SOB O ÍNDICE DE JOVENS INFRATORES ENTRE OS PERÍODOS DE 2015 A 2016 NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ-SC

**Aline Perussolo
Micheline Ramos de Oliveira
Marco Antonio Harms Dias**

A FUNÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA DO CRAS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS E DO CREAS SOB O ÍNDICE DE JOVENS INFRATORES ENTRE OS PERÍODOS DE 2015 A 2016 NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ-SC

Aline Perussolo

Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
Itajaí, Santa Catarina.

Micheline Ramos de Oliveira

Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
Itajaí, Santa Catarina.

Marco Antonio Harms Dias

Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
Itajaí, Santa Catarina.

RESUMO: As Políticas Públicas no Brasil derivaram de uma subárea da Ciência Política no EUA, neste decorrer muitos foram os pioneiros desta implementação e muita burocracia foi instaurada, a qual permanece até os dias de hoje. O presente artigo busca relacionar alguns conceitos base sobre Política Pública e sua administração, como surgiu e foi implementada ao percorrer dos anos, também relaciona breves sugestões de mudança para uma nova política no Brasil. A contextualização da problemática gerou-se em torno da função generalizadora do CRAS Nossa Senhora das Graças e do CREAS sobre o índice de jovens infratores no Município de Itajaí-SC entre os períodos de 2015 e metade de 2016, notando-se as problemáticas da implementação da Política Pública nestas instituições e explanando a sua implementação no município. A concretização da pesquisa obteve seus resultados através de planilhas, projetos pedagógicos e análises obtidas na pesquisa de campo realizada. A pesquisa bibliográfica amparou o conteúdo quantitativo e norteou a fundamentação das Políticas Públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Jovem Infrator, CRAS, CREAS.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos as Políticas Públicas no Brasil foram definidas, implementadas, redefinidas por elementos de normatização do Estado, os quais envolvem interesses políticos diversos e o desenvolvimento populacional do país, no entanto, as Políticas Públicas devem ser guiadas pela sociedade, respeitando o direito de cada indivíduo e assegurando o bem comum, é a comunidade que irá indicar qual Política Pública é necessária para sua localidade e o grupo governamental que irá desenvolver o atendimento básico e essencial, juntamente com atores capacitados para a execução das Políticas Públicas.

Compreende-se, que de fato o exercício de construir uma Política Pública adequada e de êxito, necessita de inúmeros fatores e atores, um governo que tenha direcionamento político, de várias equipes qualificadas que desenvolvam as

Políticas Públicas, de vários atores preparados e instruídos para executarem essas políticas, e de uma sociedade que responda os erros e os acertos das Políticas Públicas. Pois respalda a nação, seus anseios, objetivos e valores, e estes elementos não podem ser esquecidos por aqueles que assim fazem nascer o molde governamental de um povo.

A problemática que contextualiza esse trabalho foi gerada através da seguinte pergunta: Qual é a função generalizadora do CRAS Nossa Senhora das Graças e do CREAS sobre o índice de jovens infratores entre o período de 2015 e metade de 2016 do município de Itajaí-SC? Na atual gestão pública, visitada no estudo de campo, foram fornecidos resultados através de planilhas, dados do Projeto Pedagógico e análise quantitativa sobre as ações mais procuradas e as menos promovidas pelo CRAS Nossa Senhora das Graças e o método socioeducacional do CREAS neste município, percebendo-se dificuldades e problemas nessas Políticas Públicas. Frente a este questionamento, teve por objetivo de pesquisa relacionar as funções sociais e educativas destas instituições, as problemáticas e suas Políticas Públicas no controle do índice dos jovens infratores.

Para concretizar esse objetivo optamos por uma pesquisa quantitativa junto à instituição CRAS pertencente ao bairro Nossa Senhora das Graças e ao CREAS que atende o município todo, ambos de Itajaí-SC, região sul do Brasil.

Sequenciado a introdução, faremos uma breve apresentação dos conceitos base da Política Pública, seu surgimento e sua evolução, como se encontram e uma breve sugestão de nova política para o Brasil. Explanamos a implementação e atuação das instituições CRAS Nossa Senhora das Graças e do CREAS, ambos do município de Itajaí-SC, apontamos os dados obtidos na pesquisa de campo e suas problemáticas, após tecemos as considerações finais.

2. BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA PÚBLICA

O surgimento da Política Pública segundo (Dias, 2015, p.45-52), com enfoque na área de conhecimento e disciplina acadêmica, ocorreu de uma subárea da ciência política, a qual surgiu nos EUA com o foco na produção dos governos, no momento em que na Europa se concentravam os estudos sobre os Estados e suas instituições. Por consequência histórica, o uso do tecnicismo acadêmico e da gestão para formulações de planos e tomadas de decisões dos governos sobre as problemáticas da sociedade, instaurando a burocracia na gestão pública.

Os autores pioneiros nesse processo de conhecimento da Política Pública são Laswell-1936, o qual contribuiu com o diálogo entre os cientista e grupos de interesse e governo, seu principal conceito foi à análise de política pública, Simon-1957, contribuiu com a racionalidade limitada, na qual maximizada até um ponto satisfatório poderia criar estruturas, seu principal conceito foi à racionalidade limitada dos Policymakers, Lindblom-1959 e 1979, colaborou com o papel das eleições, burocracias, partidos e grupos de interesse, sua principal ação foi incluir

relações de poder e as diferentes fases do processo decisório, além de questionar Simon e Laswell. Easton-1965, o qual conceituou política pública como um sistema e criou uma relação entre ambiente, formulação e resultados (DIAS, 2015, p.45-52).

3. CONCEITOS E FORMULAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico são denominadas Políticas Públicas, conforme Ministério do Meio Ambiente (2016). Elas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais.

Uma política pública conforme (Secchi, 2010, p. 2-53) é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, ela é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém, as atividades ou passividades também fazem parte da política pública, a qual possui dois elementos: intencionalidade pública e resposta a um problema público, qual sejam a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

As políticas públicas podem ser formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo, ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos seguimentos. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas em alguns casos é assegurada na própria lei que as institui. Assim, a sociedade participa ativamente mediante os Conselhos em nível municipal, estadual e nacional. Audiências públicas, encontros e conferências setoriais são também instrumentos que vem se afirmando nos últimos anos como forma de envolver os diversos seguimentos da sociedade em processo de participação e controle social. A Lei Complementar n.º 131 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009, quanto à participação da sociedade, assim determina o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (PLANALTO, 2016).

Assim, de acordo com esta Lei, todos os poderes públicos em todas as esferas e níveis da administração pública, estão obrigados a assegurar a participação popular. Esta, portanto, não é mais uma preferência política do gestor, mas uma obrigação do Estado e um direito da população.

As políticas públicas normalmente estão constituídas por instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, encadeados de forma integrada e lógica, apesar de varias versões desenvolvidas para visualização do ciclo de Políticas Públicas, (Secchi, 2010, p. 2-53) restringiu o modelo às sete fases, iniciando pela identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

A identificação do problema é criada a partir de uma insatisfação pública, a qual afeta a percepção de vários atores relevantes. A formação da agenda são os problemas que fazem parte da pauta, os quais podem entrar e sair dependendo da problemática. A formulação de alternativas é crucial, ela passa por uma rigorosa avaliação de potenciais, custos e benefícios de cada alternativa. A tomada de decisão representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas. A implementação da política pública sucede a tomada de decisão, nesse momento que as regras, rotinas e processos sociais entram em ação. A avaliação da política pública é o processo de julgamento, sobre o sucesso ou as falhas do projeto colocado em prática. A extinção da política pública é dificultosa, devido à relutância dos beneficiados, à inércia institucional, ao conservadorismo, aos obstáculos legais e aos altos custos de iniciação (SECCHI, 2010, p.2-53).

Os planos estabelecem diretrizes, prioridades e objetivos gerais a serem alcançados em períodos relativamente longos. Mas em alguns contextos essa ordem se torna aleatória, pois às vezes a identificação do problema esta no fim do processo das fases da Política Pública.

4. MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

Referenciando os modelos e propostas de Administração Pública (Salm, 2009, p. 105-107), elenca em primeiro a administração convencional ou a velha administração pública, esse modelo faz parte da grande burocracia instalada nos ministérios, secretarias de estado e fundações. Esse modelo convencional foi instaurado no Brasil por Dom João VI, com a automação do governo, por sequencia até os dias de hoje a uma serie de reformas quanto esse modelo, o qual é a base que o Estado detém para produzir o serviço público.

O segundo modelo aduzido por (Salm, 2009, p. 105-107), denominado nova gestão pública surgiu das deficiências do modelo convencional. Ele carrega traços do governo implantado nos Estados Unidos, tem o intuito de produzir com menos gastos, superar a burocracia, dar feição de consumidor ao usuário de serviços públicos, tornarem o fornecedor responsável pelo consumidor final, privatizar os serviços e adotar a gestão de resultados, ao decorrer do avanço desse segundo modelo, ele se compara ao modelo convencional e conclui-se que os dois têm a mesma base, a burocracia para atingir o bem público. A única diferença entre ambas, é que a nova administração utiliza as organizações públicas e privadas, enquanto a convencional utiliza só as públicas com os mesmos objetivos.

Para alcançar o objetivo das administrações citadas, a esfera pública fica a mercê da privada, e o cidadão se torna consumidor/cliente. Então surge o terceiro modelo de administração pública, o qual tem a base de que o ser humano é um ser político, e a comunidade requer a participação do cidadão para o bem comum. Esse modelo traz a proposta de servir o cidadão, estar a serviço do interesse público, pensar estrategicamente e agir democraticamente, fomentando a democracia enquanto produz o serviço público (SALM, 2009, p. 105-107).

Como todos os modelos de administração pública, é preciso analisar, implementar as propostas, oferecendo estratégias para tornar eficiente o uso da burocracia e do mercado econômico em prol do bem comum. A modernização segundo (Abrucio, 2007, p. 70-79), do Estado brasileiro passa pela renovação da agenda reformista, a qual idealiza eixos estratégicos como a profissionalização, eficiência, efetividade e transparência.

5. BREVE SUGESTÃO DE NOVA POLÍTICA

Para (Abrucio, 2007, p. 70-79) no que tange à profissionalização da burocracia há cinco questões norteadoras para modernização da administração: primeira é a redução dos cargos em comissão, a segunda é a profissionalização do alto escalão governamental, a terceira é abertura de editais para envio de currículos que permita novos talentos capacitados para a gerência do Estado, a quarta é aumento em capacitação para os servidores públicos e a quinta é a mudança de lógica do orçamento, onde será atacado o engessamento das maiores despesas governamentais.

Para essa mudança acontecer, as oportunidades criadas fica a cada quatro anos, nas eleições presidenciais, este é o momento fulcral para impulsionar novas alianças em torno dessas características norteadoras de uma proposta de melhora para o Brasil, revelando o caminho para eleições municipais seguintes.

6. CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

É uma unidade pública estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial de famílias.

O CRAS é o lugar que possibilita, em geral, o primeiro acesso das famílias aos direitos socioassistenciais e, portanto, à proteção social. Estrutura-se, como porta de entrada dos usuários da Política Pública de assistência social para a rede de Proteção Básica e referência para encaminhamentos à Proteção Especial (DATA CRAS 2016).

Para o CRAS funcionar corretamente deve desenvolver, obrigatoriamente, o PAIF, (Programa de Atenção Integral à Família), co-financiado ou não pelo Governo Federal, é condição essencial e indispensável para o funcionamento do

CRAS. Reconhece-se ser atribuição exclusiva do poder público, o trabalho social com famílias, sendo esta a identidade que deve ser expressa no espaço físico do CRAS.

No município de Itajaí-SC nossa pesquisa ficou direcionada para o CRAS Nossa Senhora das Graças, o qual concedeu-nos um relatório de atendimento e respostas específicas ao rol de perguntas direcionadas a instituição e seus resultados, aduzindo as Políticas Públicas mais procuradas e as menos promovidas (PESQUISA DE CAMPO NA INSTIUIÇÃO CRAS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS ITAJAÍ-SC, 2016).

O CRAS inicia seu atendimento conforme o fluxograma concedido com a denominação: Porta Aberta, nesse momento é realizada a recepção, triagem, direcionamento aos programas da instituição e orientações explanadas pelas educadoras sociais, as quais agendarão o atendimento com as assistentes sociais. Após avaliação, o caso pode ser encaminhado para a equipe técnica do PAIF, dependendo do território a ser atendido pode ocorrer visita domiciliar. Neste momento é realizado o Cadastro Único e a inclusão no PAIF.

As atividades desenvolvidas atualmente no CRAS são o acompanhamento por meio de construção de Plano Individual e Familiar, atendimentos particularizados e visitas domiciliares, orientações e encaminhamentos diversos, articulação com a rede, e as atividades em planejamento, quais são as ações coletivas e em Grupo do PAIF no CMU.

O atendimento para as crianças e adolescentes está sendo referenciadas por outras instituições de assistência social, no município de Itajaí as relatadas no questionário direcionado ao CRAS foram o Lar Fabiano de Cristo e o Lar Padre Jacó. As ações que obtém menos resultados e menos procura são ações com os adolescentes, o motivo relatado pelas assistentes sociais foi à falta de procura e interesse dos jovens, o qual vez a instituição repassar os programas promovidos para outras instituições, mas às famílias destes adolescentes são referenciadas pelo CRAS, ou seja, acompanhadas.

As ações que obtém mais resultados positivos e mais procuras são o Cartão Social Prata que tem o valor de R\$ 87,74 e o Ouro que possui o valor de R\$ 125,00, estes respectivos cartões substituem a antiga cesta básica. A única restrição é a compra de bebidas alcoólicas.

O CRAS Nossa Senhora das Graças, atualmente acompanha 112 famílias mês, totalizando 436 pessoas mês (PESQUISA DE CAMPO NA INSTIUIÇÃO CRAS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS ITAJAÍ-SC, 2016).

A problemática descoberta na pesquisa de campo esta relacionada aos programas direcionados aos adolescentes, o CRAS tem a função social e educativa de amparar a família em todo âmbito, isso não está ocorrendo no CRAS Nossa Senhora das Graças, os jovens não se sentiam atraídos pelos programas que eram realizados na instituição, por qual motivo ocorreu o repasse dessa Política Pública para outras instituições de cunho privado, educativo, religioso e social. Talvez tenha faltado algum incentivo para as educadoras e assistentes sociais partirem na busca da sedução jovial, resgatando e implantado o interesse dos jovens para os

programas educativos e sociais.

O Lar Padre Jacó que é coordenado pela escola Salesiana de Itajaí, e o lar Fabiano de Cristo que possui várias unidades pelo Brasil, contando duas em Santa Catarina, Florianópolis e Itajaí, são algumas organizações que atendem os adolescentes neste município, com programas educativos e profissionalizantes, os quais pertenciam ao CRAS, é um belíssimo trabalho que transforma vidas e coloca um rumo para os jovens, os quais estão no anseio do progresso e crescimento da sociedade.

7. CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Constitui-se numa unidade pública estatal, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os envolvidos.

O CREAS presta atendimento às situações de risco e violação de direitos de crianças e adolescentes e atendimento aos mesmos em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (L.A – liberdade assistida) e (PSC – prestação de serviço à comunidade), direcionando o foco das ações para a família, na perspectiva de potencializar sua capacidade de proteção as suas crianças e adolescentes. Cada município verificará a possibilidade de ampliação gradual dos serviços, de modo a abarcar outras situações de risco ou violação de direitos com relação às pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência, população de rua, entre outras (PROJETO PEDAGÓGICO CREAS, 2016).

O CREAS deve ofertar atenções na ocorrência de situações de risco pessoal e social por ocorrência de negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violência física/psicológica/sexual, discriminações sociais e restrições à plena vida com autonomia e exercício de capacidades, prestando atendimentos prioritários a crianças, adolescentes e suas famílias em situações que as crianças e adolescentes sejam vítimas de abuso e exploração sexual, de violência doméstica (violência física, psicológica, sexual, negligência) de trabalho infantil que apresentem dificuldades no cumprimento das condicionalidades, em situação de mendicância, que estejam sob “medida de proteção” ou “medida pertinente aos pais ou responsáveis”, em cumprimento da medida de proteção em abrigo ou família acolhedora, e após o cumprimento da medida, quando necessário suporte à reinserção sócio familiar, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e após o cumprimento de medida socioeducativa de Internação Estrita, quando necessário suporte à reinserção sócio familiar (PROJETO PEDAGÓGICO CREAS, 2016).

8. CREAS DE ITAJAÍ

Conforme o Projeto Pedagógico CREAS (2016), em Itajaí foi implantado junto a Secretaria de Desenvolvimento Social deste município o seguinte projeto: Projeto Político Pedagógico do Serviço de Prestação Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em regime aberto (L.A e P.S.C), sua apresentação é sustentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo 4º e paragrafo único (PLANALTO, 2016).

Em 1998 foi implementado no município o programa de Medidas Socioeducativas em parceria com o poder Judiciário (Vara da Infância e Adolescência, Ministério Público, Secretaria do Estado da Justiça e Cidadania, e a Secretaria de Segurança Pública).

A cidade de Itajaí possui atualmente um CENSO aproximado de duzentos e oito mil habitantes, como na maioria das cidades pequeno grande porte, há uma preocupação relacionada aos índices de violência (IBGE, 2016).

O projeto se justifica a partir da necessidade verificada de atendimento aos adolescentes que foram violadores de direito, na maioria dos casos, já tiveram seus próprios direitos violados, em razão da conduta, da família ou da própria sociedade.

Nesse contexto, o conjunto de Medidas Socioeducativas de Itajaí, foi criado para prover atenção socioassistencial e realizar o acompanhamento dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em aberto, que inclui a aplicação de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade.

Em 2012 a Lei 12.594 SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e com a execução das medidas de Prestação de Serviço à comunidade, à responsabilidade do município, buscou-se a priorização e reinserção social destes adolescentes, buscando parcerias junto as Organizações Não Governamentais e Governamentais.

Substituiu-se o método didático-pedagógico antes aplicado, para o cumprimento da medida de Prestação de Serviço à comunidade. Diante desta demanda se tornaram necessárias as parcerias com as organizações e instituições, que são de fundamental importância para que o adolescente cumpra efetivamente a medida, quando lhe aplicada à remissão de Prestação de Serviço à comunidade como exclusão processual, buscando-se nas organizações governamentais e na sociedade civil organizada, parceiros para o trabalho conjunto de ressocialização (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL CREAS, 2016).

Deste modo faz-se necessário a existência de um trabalho de cunho socioeducativo, realizado em sintonia com o Sistema de Garantia de Direitos, voltado para conscientização, para a construção da cidadania e propicio a novas aprendizagens, com o objetivo de reduzir e/ou amenizar a vulnerabilidade social existente e evitar a reincidência e a multiplicação da violência, como garante o artigo 119 e incisos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

As ações propostas pelo serviço visam contribuir para a reinserção social do socioeducando, procurando estabelecer um elo entre o adolescente, sua família e o

órgão de execução da medida na figura de seu educador, que buscam trabalhar de forma interdisciplinar.

9. OPERACIONALIZAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

A equipe técnica do Serviço inicia o atendimento do adolescente e responsável, o qual foi encaminhado pelo judiciário. O acolhimento é feito pelo educador social, que repassa ao socioeducando e seus responsáveis os regulamentos do serviço e agenda novos horários para iniciar a construção do seu Plano Individual de Atendimento junto aos técnicos (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL CREAS, 2016).

Nos dados do plano CREAS fornecido na pesquisa de campo, observa-se um relatório detalhado no ano de 2015, onde a média de adolescentes de sexo masculino ficou em torno de 73 socioeducandos, e 08 adolescentes de sexo feminino socioeducandas, na faixa de idade entre 12 e 18 anos regulamentada pela legislação ECA, a prevalência ocorre entre 15 a 18 anos, sendo os adolescentes de 17 anos que mais cometeram infrações em 2015. Sua escolaridade relaciona-se ao ensino fundamental incompleto com 35 adolescentes no qual a maioria se enquadra em segundo lugar o ensino fundamental completo com 10 adolescentes em terceiro lugar o primeiro grau com 23 adolescentes. Quando feito o PIA (Plano Individual de Atendimento) os adolescentes responderam ser de etnia branca 40, de etnia negra 5, de etnia parda 7 e sem informação de etnia 29 (PLANILHA CREAS, 2015 E 2016).

As infrações mais cometidas pelos adolescentes são o tráfico, depois a posse de drogas e o furto. Essas foram as mais relacionadas no ano de 2015. Sendo que 50 adolescentes já cumprem PSC (prestação de serviço à comunidade) e 32 adolescentes se encontram em LA (liberdade assistida).

Na planilha de dados do CREAS (2016), atualizada até o mês de setembro, encontra-se com 34 adolescentes em PSC e 23 em LA, cumprindo suas medidas socioeducativas, sendo 05 meninas e 47 meninos. A escolaridade desses adolescentes prevalece com 36 no ensino fundamental incompleto, 6 no fundamental completo e 8 no primeiro grau, sendo respondido no PIA sua etnia como branco 19 adolescentes negro 1, pardo 5 e sem informações de etnia 24. A idade prevalecida ficou em torno de 15 a 18 anos, e as infrações mais cometidas até o momento foram o tráfico, roubo e furto.

As parcerias que o CREAS possui para encaminhar os adolescentes para cursos profissionalizantes, ao LA e para o PSC são as seguintes: COMDICA, SENAC, Defensoria Pública, CMAS, Secretária da Criança e do Adolescente, Fundação Municipal de Esporte, Conselho Tutelar, Fundação Municipal de Cultura, SENAI, Delegacia da Criança e do Adolescente, Secretária Municipal de Educação, Secretária Municipal de Saúde, 4ª Promotoria, Secretária Municipal de Desenvolvimento de Emprego e Renda, POMT – Programa de Orientação ao Mercado de Trabalho, Polícia Militar, APAE, CIEE – Programa Jovem Aprendiz,

Escola Salesiano – Lar Padre Jacó, Serviço de Medidas Socioeducativas LA e PSC (PROJETO PEDAGÓGICO CREAS, 2016).

O desligamento dos jovens no projeto ocorre quando cumprirem integralmente as medidas socioeducativas ou obtiverem a extinção por determinação judicial, caso não cumprirem ou não for extinto, fica ciente o socioeducando que poderá retornar ao serviço. A avaliação do serviço ocorre através de questionário de entrevista preenchido pelo socioeducando no final do cumprimento de sua medida socioeducativa e no momento do seu ultimo atendimento para o desligamento.

Durante a construção do PIA (Plano Individual de Atendimento) é formalizado o pacto com a família e com o adolescente no sentido de mutuamente alcançarem a concretização das metas traçadas a curto, médio e em longo prazo (PROJETO PEDAGÓGICO CREAS, 2016).

É de responsabilidade de o educador social acompanhar o socioeducando, e o de lançar as informações e dados pessoais das famílias junto ao SAFI (Sistema de Atendimento às Famílias e Individuais) assim como de encaminhar as famílias para o cadastramento do CRAS.

Em ambas as modalidades o educador utiliza o parâmetro de atendimento e o acompanhamento do socioeducando no PIA, cujas metas são reforçadas no primeiro encontro, juntamente com conversas educativas sobre família, cidadania, saúde, educação e o próprio ato infracional de forma crítica e reflexiva.

Em 2015 no XI Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na sociedade contemporânea, UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul Bisognin e Dutra (2015), citam em seu trabalho científico a dificuldade da implementação da Política de Redução de Danos no Brasil, essa capaz de solucionar a problematização do tráfico de drogas. Nos dias de hoje, a falta dessa política ocasiona um retrocesso à dignidade da pessoa humana, pois há uma Política Pública a ser implementada, a problematização ocorre por certa resistência, onde alguns interpretam ser uma política de segurança, e outros uma política de saúde pública. As autoras defendem a ideia dessa política, como uma solução aos atingidos pelo tráfico de drogas e seus familiares.

A função norteadora do CREAS é reparar o dano causado pela sociedade, munido de trabalho social e educativo, o educador social tenta conduzir o jovem ao caminho cívico, direcionando para o trabalho e estudo oferecidos por várias instituições de acordo com o perfil do adolescente infrator, que por algum motivo (pobreza, violências, fome, etc) buscou a trajetória do tráfico como analisamos ser o maior índice entre os jovens, seguido do roubo e furto.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas são existentes, o CRAS tem a função de prevenir as situações de risco no território onde vivem famílias em situação de vulnerabilidade social, apoiando famílias e indivíduos em suas demandas sociais, inserindo-os na

rede de proteção social e promovendo os meios necessários para que fortaleçam seus vínculos familiares e comunitários e acessem seus direitos de cidadania. O CREAS realiza atendimento às situações de risco e violação de direitos de crianças e adolescentes e atendimento aos mesmos em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (L.A e PSC), direcionando o foco das ações para a família, na perspectiva de potencializar sua capacidade de proteção as suas crianças e adolescentes.

As duas Políticas Públicas referenciam as famílias, tentam conduzi-las em seus planos e gestões sociais, além de inúmeras instituições e ONGS fazerem parte desse papel social no município de Itajaí-SC, uma das organizações citadas pelo CRAS Nossa Senhora das Graças é o Lar Fabiano de Cristo (2016), que divide em dois programas sua responsabilidade social, o Sócio Familiar e o Sócio Educativo, além de oferecer vários cursos profissionalizantes para a comunidade e atividades diversificadas para as crianças.

Os projetos próprios do Lar são: Educação do ser integral, Projetos pedagógicos especiais (promoção integral do idoso), Projeto aprendiz integral, Projeto esporte, Projetos para construção de um mundo melhor, estão em parceria com o CREAS, juntamente com outras instituições.

Todos esses projetos são abertos à comunidade, o interesse e a responsabilidade pertencem aos pais ou responsáveis dos adolescentes e das crianças em matriculá-los na instituição, esse motivo nos faz acreditar que o segredo da sociedade ideal que todos almejam fazer parte deve responsabilizar a comunidade e os entes municipais. Há Políticas Públicas existentes, com um trabalho exemplar, mas também houve Políticas Públicas que foram desabilitadas na instituição por falta de procura, como a descoberta na pesquisa, que são os programas oferecidos para os adolescentes pelo CRAS Nossa Senhora das Graças, quais foram repassados para entidades do mesmo município, o Lar Padre Jacó e o Lar Fabiano de Cristo.

Essas organizações desenvolvem um belo trabalho junto à comunidade, de corresponsabilidade, os familiares são responsáveis pela criança ou jovem a matricular-se no programa, como também de acompanhar seu desenvolvimento escolar. Esse fator é primordial para a diminuição da violência, pois a criança e o adolescente que possui uma base de educação, um conhecimento de civilidade, de compaixão e respeito ao próximo dificilmente se encaminhará ao caminho da criminalidade.

A base ideal de uma sociedade justa de ordem e progresso esta nas mãos das crianças e dos jovens, mas a corresponsabilidade pertence aos familiares, não se pode renunciar ao desanimo da violência e simplificar a culpa e os erros para as instituições governamentais ou privadas. A mudança ocorre na minoria para a maioria, então se buscamos um ideal de sociedade justa com ordem processual e progressista no sistema governamental, devemos fazer parte dessa mudança, começando em casa com a corresponsabilidade com nossos familiares, vizinhos e amigos.

O CRAS com seu papel social e educativo tem a importante função de

prevenir a violência, acreditamos aqui ser o foco primordial, pois possuem um cadastro específico das famílias da comunidade, os programas são existentes e possui ótimo desempenho, a problemática aparente esta sobre a falta de interesse dos adolescentes ou a falta de incentivo do Município para as educadoras e assistentes sociais resgatarem esses jovens. No momento que o CRAS não consegue atender essa demanda o CREAS entra em ação juntamente com inúmeras parcerias para tentar habilitar o jovem à cidadania e não a criminalidade, por isso devemos contribuir com nossa minoria, tentando educar, não só deixando nas mãos das instituições a questão educacional, pois é nesse período de formação e amadurecimento que precisamos estar juntos aos jovens, eles serão nosso futuro.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas.** RAP edição especial comemorativa, Rio de Janeiro, 2007.

BISOGNIN, Jaqueline. DUTRA, Marilia Camargo. **A dificuldade de implementação da Política de Redução de Danos no Brasil, um retrocesso à dignidade da pessoa humana.** I Amostra de Trabalhos Científicos, XI Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na sociedade contemporânea, Santa Cruz do Sul, RS UNISC, 2015.

Censo 2016 do índice da população no município de Itajaí – SC. **IBJE** Encontrado em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420820>

Relatório fornecido pelo CREAS. Dados do **Projeto Pedagógico MSE** revisado em junho de 2016 – CREAS Itajaí-SC.

DIAS. M.A.H. **Proposta de Modelo para Avaliação do Capital Intelectual na Administração Pública: o caso do PROANTAR.** Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Conhecimento. Florianópolis, 2015.

Informativo público sobre o **CRAS.** Encontrado em: <http://www.datacras.com/sobre-nos2/>

Informativo público sobre o **CREAS.** Encontrado em: http://www.mds.gov.br/suas/menu_superior/publicacoes/menu_superior/publicacoes/GUIA_CREAS.pdf

Lar Fabiano de Cristo. Encontrado em: <http://www.lfc.org.br/institucional/quem->

somos/

Lei 8.069 de 13 julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Encontrado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Lei Complementar nº 131. Encontrado em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm

Ministério do Meio Ambiente. **Conceito de políticas públicas**. Encontrado em:
http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf

Pesquisa de campo realizada no mês de Agosto de 2016, na instituição **CRAS** no bairro Nossa Senhora das Graças, Itajaí-SC. E-mail: crasnsg@itajai.sc.gov.br

Planilha do **CREAS** com dados cadastrais dos jovens socioeducandos, recebida por e-mail no dia 30.09.2016 e-mail: creas@itajai.sc.gov.br

Recria Projetos. **CREAS**. Encontrado em:
<http://www.recriaprojetos.com.br/rededeajuda/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas-itajai/>

SALM, José Francisco. MENEGASSO, Maria Ester. **Os modelos de Administração Pública como Estratégias Complementares para a Coprodução do Bem Público**. Revista de Ciências da Administração, v. 11, n 25, set/dez, 2009.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ABSTRACT: The Public Policy at the Brasil derived from a political science sub-area in from EUA, this course many were the pioneers of this implementation and a lot of bureaucracy has been established, which remains to this day. This scientific article seeks to relate some basic concepts of Public Policy and its administration, how it emerged and was implemented to go through the years, also relates brief change of suggestions for a new policy in from Brasil. The issue of contextualization was generated around the generalizing function CRAS Nossa Senhora das Graças the CREAS on the rate of adolescents offenders in the City of Itajaí-SC between the periods of 2015 and 2016, noting the problems of implementation of public policy in these institutions and explained its implementation in the city. The achievement of the research obtained their results through spreadsheets, educational projects and analysis obtained from conducted field research. The literature steadied the quantitative content and guided the foundation of Public Policy.

KEYWORDS: Public Policy; Adolescents offenders; CRAS; CREAS.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-41-7



9 788593 243417